



SISEPE-TO

**SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
NO ESTADO DO TOCANTINS**

Trabalhando em defesa do servidor.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS
DA DIRETORIA EXECUTIVA
E DIRETORIAS REGIONAIS**

**EXERCÍCIO
2020**



PALAVRA DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal atua na fiscalização da gestão financeira do Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do Tocantins (SISEPE-TO), formados por servidores públicos efetivos e eleitos para esta função entre os sindicalizados.

Conforme o Estatuto do SISEPE-TO, artigo 35, o Conselho Fiscal tem que se reunir, de forma ordinária bimestralmente, independente de convocação, obedecendo o calendário anual elaborado por este na primeira reunião ordinária do ano, e extraordinariamente a qualquer tempo, para examinar livros, registros e documentos referentes as receitas e despesas do SISEPE-TO. Após análise, o Conselho Fiscal emitirá um parecer a respeito.

O Conselho Fiscal, após análise minuciosa, durante o ano de 2021, de todos os documentos relacionados às Receitas, Despesas e Patrimônio do SISEPE-TO, ocorridos no exercício de 2020, apresenta seu parecer técnico FAVORAVEL, detalhamento das receitas e despesas do SISEPE-TO e o relatório da Auditoria Contábil Externa Independente. Resaltamos que o principal objetivo do Conselho Fiscal é zelar pela boa gestão das finanças e do patrimônio do SISEPE-TO, garantindo que as receitas sejam bem administradas e as despesas ocorram de forma racional, cumprindo os objetivos do sindicato e as legislações vigentes.

O Conselho Fiscal está a disposição do Sindicalizado interessado em acompanhar o nosso trabalho, entre em contato pelo e-mail: conselhofiscal@sisepe-to.org.br.

Desejamos um feliz 2022 para todos!

PAULÊNIO AZEVEDO FILHO

Conselheiro Fiscal Efetivo - Presidente

EDIR PEREIRA DOS SANTOS

Conselheiro Fiscal Efetivo - Relator

LUIS SÉRGIO SIMÃO

Conselheiro Fiscal Efetivo - Licenciado

VÁGNER CASTRO ANDRADE LINHARES

Conselheiro Fiscal Suplente - Revisor

SEBASTIÃO CARLOS PEREIRA DA SILVA

Conselheiro Fiscal Suplente

ENTENDA A PRESTAÇÃO DE CONTAS

O QUE É O BALANÇO PATRIMONIAL?

Trata-se de uma demonstração contábil dos saldos das contas do Sindicato em 31/12/2017. Por isso é uma demonstração estática daquele momento, como se fosse um retrato. Comparando ao nosso dia-a-dia é como se fossem aqueles extratos bancários que o banco fornece aos seus clientes, com os saldos findos em 31 de dezembro de cada ano.

O QUE É A DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO?

É uma demonstração contábil que tem a finalidade de confrontar as receitas e despesas realizadas durante o exercício de 2016. Apura um déficit, quando a diferença entre receita e

despesa é negativa, ou superávit quando a diferença entre uma despesa e uma receita é positiva.

O QUE É DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA?

É uma demonstração importante por ter o poder de apresentar se o sindicato está com capacidade de gerar caixa (reserva de dinheiro) e de qual fluxo o caixa está sendo gerado.

O QUE É A DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL?

As demonstrações das mutações do patrimônio social têm por finalidade apresentar as alterações que ocorreram em determinado exercício no patrimônio social da empresa.

BALANÇO PATRIMONIAL

01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO	RS 4.489.190,48	RS 4.702.749,90
ATIVO CIRCULANTE	RS 282.952,35	RS 496.037,79
CAIXA E EQUIVANTES DE CAIXA	RS 29.227,94	RS 260.840,33
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	RS 26.439,67	RS 250.329,12
MENSALIDADE A RECEBER	RS 245.877,64	RS 229.110,70
OUTROS CRÉDITOS	RS 3.186,79	RS 275,69
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	RS 1.050,23	RS 139,57
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS/DIRIGENTES	RS 1.539,13	RS 0,00
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	RS 597,43	RS 136,12
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	RS 4.659,98	RS 5.811,07
DESPESAS DE MESES SEGUINTE	RS 4.659,98	RS 5.811,07
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	RS 4.206.238,13	RS 4.206.712,11
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	RS 8.786,17	RS 8.786,17
DEPÓSITOS JUDICIAIS	RS 8.786,17	RS 8.786,17
INVESTIMENTOS	RS 2.297.823,23	RS 2.298.475,23
OUTRAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	RS 8.688,59	RS 9.340,59
OUTROS INVESTIMENTOS PERMANENTES	RS 2.289.134,64	RS 2.289.134,64
IMOBILIZADO	RS 1.899.628,73	RS 1.897.372,71
BENS E DIREITOS EM USO	RS 1.792.297,64	RS 1.813.742,80
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	RS 883.734,36	RS 883.734,36
(-) (-) DEPRECIACÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	RS (776.403,27)	RS (800.104,45)
PASSIVO	RS 4.489.190,48	RS 4.702.749,90
PASSIVO CIRCULANTE	RS 145.090,49	RS 96.495,25
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	RS 50.352,30	RS 14.530,41
FORNECEDORES	RS 26.775,06	RS 16.631,05
CARTÕES DE CRÉDITO/CONVÊNIOS APAGAR	RS 152,10	RS 14.891,74
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	RS 53.961,96	RS 56.275,41
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	RS 53.961,96	RS 56.275,41
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	RS 7.182,81	RS 7.388,00
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	RS 1.617,55	RS 1.548,94
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	RS 1.614,35	RS 1.600,14
PROVISÕES	RS 3.950,91	RS 4.238,92
SEGUROS	RS 6.818,36	RS 1.149,38
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	RS 154.710,62	RS 0,00
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	RS 154.710,62	RS 0,00
PASSIVOS DE CONTINGENTES JUDICIAIS	RS 154.710,62	RS 0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	RS 4.189.389,37	RS 4.606.254,65
PATRIMÔNIO SOCIAL	RS 11.362.618,35	RS 2.609.298,75
RESERVAS / AVALIAÇÃO E AJUSTE PATRIMONIAL	RS 1.640.813,14	RS 1.570.728,10
(-) SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADOS	RS (8.814.042,12)	RS 426.227,80

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT E DO DÉFICIT DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020

RECEITAS OPERACIONAIS MENSALIDADE	3.008.233,78
DEDUÇÕES DA RECEITA (-) DEVOLUÇÃO DE MENSALIDADE	(918,20)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.007.315
CUSTOS OPERACIONAIS	(944.893,66)
SEDE REGIONAL DE ARAGUAÍNA	(176.963,90)
SEDE REGIONAL DE GURUPI	(194.151,31)
SEDE REGIONAL DE PORTO NACIONAL	(149.618,42)
SEDE REGIONAL DE TAGUATINGA	(168.368,26)
SEDE REGIONAL DE PALMAS	(147.347,98)
SEDE REGIONAL DE ARAGUATINS	(108.443,79)
FUNDOS OPERACIONAIS FUNDO DE MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA	(88.670,10)
SUPERÁVIT (DEFÍCIT) BRUTO	1.973.751,82
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.723.696,79)
DESPESAS COM PESSOAL	(31.736,85)
ENCARGOS TRABALHISTAS - ADM	(9.079,39)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	(10.856,46)
UNIDADE ADMINISTRATIVA - DESPESAS	(1.654.687,88)
DESPESAS FINANCEIRAS	(7.102,55)
CONSELHO FISCAL	(10.233,66)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	250.055,03
RECEITAS FINANCEIRAS	2.610,50
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	74,89
JUROS POUPANÇA	57,64
RECEITA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTA	317,91
RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	2.160,06
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	30.130,48
GANHO COM AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRI	9.362,52
SUPERÁVIT NA ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS	12.900,00
AGUA E ESGOTO	4.339,96
DEVOLUÇÃO DESPESAS GERAIS	1.971,72
MULTAS DE TRANSITO	1.467,60
TARIFAS BANCÁRIAS	88,68
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	282.796,01

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020

ATIVIDADES OPERACIONAIS

Valores Recebidos de Mensalidade	2.988.804,66
Outras Receitas	2.616,21
Valores pagos na Unidade Administrativa	(1.680.165,98)
Valores pagos no Fundo de Mobilização da Categoria	(103.543,84)
Valores pagos na Delegacia Regional de Palmas	(163.380,44)
Valores pagos na Delegacia Regional de Araguaína	(224.645,86)
Valores pagos na Delegacia Regional de Gurupi	(180.481,11)
Valores pagos na Delegacia Regional de Porto Nacional	(110.304,40)
Valores pagos na Delegacia Regional de Taguatinga	(171.267,51)
Valores pagos na Delegacia Regional de Araguaí	(106.273,56)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	251.358,17
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	251.358,17
Recebimentos de lucros e dividendos	317,91
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	251.676,08

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Compras de imobilizado - Palmas	(34.529,39)
Aquisição de ações/cotas	(652,00)
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	12.900,00
Rendimento de Aplicação Financeira e Poupança	2.217,70
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(20.063,69)

Aumento nas Disponibilidades	231.612,39
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	29.227,94
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	29.227,94

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Histórico	Patrimônio	Reavaliação	SUPERÁVIT	Ajuste de Exercício Anteriores	Total
Saldo em 31/12/2019	11.362.618,35	1.640.813,14	(738.612,43)	(8.075.429,69)	4.189.389,37
Aumento do Patrimônio Social	(8.814.042,12)		738.612,43	8.075.429,69	0,00
Resultado do Exercício			282.796,01		282.796,01
Ajuste de Exercícios Anteriores				143.431,79	143.431,79
Incorporação de Reavaliação de Ativos	60.722,52	(70.085,04)			(9.362,52)
Saldo em 31/12/2020	2.609.298,75	1.570.728,10	282.796,01	143.431,79	4.606.254,65

CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

PALMAS, 31/12/2020

À

SUPREMA CONTABILIDADE LTDA - ME

CRC nº 4814/O

Endereço: Quadra 404 SUL AVENIDA LO 11, nº [Valor não disponível], PLANO DIRETOR SUL, CEP nº 77021-640
PALMAS, TO

Prezados Senhores:

Declaramos para os devidos fins, como administrador e responsável legal da empresa SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS, CNPJ 26.752.436/0001-20, que as informações relativas ao período base 31/12/2020, fornecidas a Vossas Senhorias para escrituração e elaboração das demonstrações contábeis, obrigações acessórias, apuração de impostos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária são fidedignas.

Também declaramos:

- (a) que os controles internos adotados pela nossa empresa são de responsabilidade da administração e estão adequados ao tipo de atividade e volume de transações;
- (b) que não realizamos nenhum tipo de operação que possa ser considerada ilegal, frente à legislação vigente;
- (c) que todos os documentos que geramos e recebemos de nossos fornecedores estão revestidos de total idoneidade;
- (d) que os estoques registrados em conta própria foram por nós avaliados, contados e levantados fisicamente e perfazem a realidade do período encerrado em 2020;
- (e) que as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, denominado [Valor não disponível], são controladas e validadas com documentação suporte adequada, sendo de nossa inteira responsabilidade todo o conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados.

Além disso, declaramos que não temos conhecimento de quaisquer fatos ocorridos no período base que possam afetar as demonstrações contábeis ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade das operações da empresa.

Também confirmamos que não houve:

- (a) fraude envolvendo administração ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança;
- (b) fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito material nas demonstrações contábeis;
- (c) violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis, ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.

Atenciosamente,



.....
CLEITON LIMA PINHEIRO
PRESIDENTE
CPF: 530.094.361-49

SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Findo em 31 de Dezembro de 2020.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do Tocantins – SISEPE-TO, fundado no dia 05 de dezembro de 1991, com sede em Palmas - TO, é uma entidade sindical, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, representativa da categoria profissional dos Trabalhadores.

A Entidade tem por objetivos:

- I. Congregar e representar os sindicalizados na defesa de seus direitos e interesses, tanto profissionais como de natureza salarial, coletivos e individuais, em qualquer nível, podendo para tanto, intervir e praticar todos os atos na esfera administrativa, judicial ou extrajudicial;
- II. Pugnar pelo aperfeiçoamento profissional e promover a valorização das categorias representadas;
- III. Promover assistência jurídica aos sindicalizados;
- IV. Promover parcerias e convênios com terceiros a fim de beneficiar os sindicalizados com descontos diferenciados;
- V. Buscar a integração com as organizações de trabalhadores em geral, especialmente com as de servidores e empregados públicos federais, estaduais e municipais;
- VI. Promover a divulgação de temas de interesse das categorias, participar de eventos que visem a melhoria e o aperfeiçoamento das categorias representadas;
- VII. Estimular a organização e politização das categorias;
- VIII. Acompanhar todos os procedimentos administrativos, judiciais e extrajudiciais, pertinentes aos sindicalizados, zelando pela regularidade processual, na defesa de direitos compatíveis com o interesse geral das categorias;
- IX. Firmar acordos, convenções com os poderes públicos e instaurar dissídios coletivos perante o judiciário, nos casos pertinentes;
- X. Desenvolver políticas contra quaisquer prática de assédio moral, sexual, discriminação racial, religiosa e homofobia, em toda a extensão das categorias representadas pelo sindicato.

2. BASE DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, NBC ITG 2002, a qual trata em específico, dos aspectos contábeis das entidades sem finalidade de lucro, bem como para a convergência da contabilidade aos padrões internacionais. Observados os aspectos da ITG 1000, bem como os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações Técnicas e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. Apresentação das Demonstrações Contábeis aprovada pelo CFC e ao Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais 1 - unidade de moeda brasileira – e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas, CPC PME, emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), exceto quanto ao critério de avaliação pela totalidade dos ativos classificados no grupo não circulante nas contas imobilizado, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir:

I. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras que estão registradas pelo seu valor justo. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações contábeis. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações contábeis, bem como na experiência da administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas efetuadas pelo Sindicato se referem à constituição de provisões. O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios. O ativo circulante está demonstrado em seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

II. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício.

DISPONIBILIDADES	VALOR	
Caixa	R\$	0,00
Caixa Econômica Federal C/C	R\$	10.510,21
Banco Sicredi C/C	R\$	1,00
Banco do Brasil – Aplicação Financeira I	R\$	227,92
Banco do Brasil – Aplicação Financeira II	R\$	24.930,43
Banco do Brasil – Aplicação Financeira III	R\$	436,76
Banco Sicredi – Aplicação Financeira I	R\$	125.707,92
Banco Sicredi – Fundo de Reserva – Aplicação	R\$	75.399,12
Banco Sicredi – Fundo de Reserva - Aplicação	R\$	23.599,82
Caixa Econômica Federal	R\$	27,15
TOTAL	R\$	260.840,33

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa.

2.3 CRÉDITOS A RECEBER

A entidade controla as contas de clientes por meio de sistema gerencial, julgado necessário para os controles de duplicatas e vencimentos. As contas agregadas de grupo tem a finalidade de simplificar os lançamentos de acordo com a ITG 1000.

O saldo de Créditos a receber na data de 31/12/2020 é no valor de R\$ 229.110,70, referente aos repasses não realizados pelo Governo do Estado do Tocantins e Prefeituras Municipais.

2.4. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.5. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS

O reconhecimento de receitas, custos e despesas na demonstração do resultado é feito com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos.

2.6. IMOBILIZADO

Os bens móveis e imóveis são avaliados, pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção, deduzidas das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas com base na estimativa de sua vida útil econômica determinada pelo CPC 27, pelo método linear. A Entidade determinou os limites do Valor Residual de seus bens para fins de adequação ao Valor Recuperável de seus Ativos Patrimoniais.

A entidade não efetivou o processo total de avaliação patrimonial em 2020, por motivos operacionais dados os métodos, recursos empregados, e pelos numerosos itens do imobilizado. A Entidade dispõe de controle do imobilizado satisfazendo suas necessidades atuais com controles internos, gerenciais e contábeis. Há esforços em andamento para modernização do seu controle de imobilizado.

O Imobilizado está apresentado por seus valores originais corrigidos e Ajustados ao Valor Justo até o exercício findo de 2020, com indicação inclusive da Depreciação Acumulada, nas taxas anuais aplicadas conforme os grupos a seguir:

CONTAS	CUSTO TOTAL AJUSTADO	DEPREC. ACUMULADA	IMOBILIZADO LÍQUIDO	% VALOR RESIDUAL	VALOR RESIDUAL	% DEPREC. ANO
Aparelho telefônico	R\$8.445,48	(R\$4.029,29)	R\$4.416,19	40%	R\$3.378,19	20%
Computadores e periféricos	R\$120.465,33	(R\$72.279,20)	R\$48.186,13	40%	R\$48.186,13	10%
Edificações	R\$964.652,40	(R\$375.937,75)	R\$588.714,65	45%	R\$434.093,58	4%
Impressoras e periféricos	R\$35.883,95	(R\$21.031,44)	R\$14.852,51	40%	R\$14.353,58	10%
Máquinas e equipamentos	R\$118.141,60	(R\$59.070,80)	R\$59.070,80	50%	R\$59.070,80	10%
Móveis e utensílios	R\$214.845,74	(R\$107.422,87)	R\$107.422,87	50%	R\$107.422,87	10%
Veículos	R\$314.817,57	(R\$160.333,10)	R\$154.484,47	40%	R\$125.927,03	20%
TOTAL	R\$1.777.252,07	(R\$800.104,45)	R\$977.147,62		R\$792.432,18	

2.7 INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS	VALOR
Linhas Telefônicas	R\$ 1.422,85
Cotas de Capital – Sicred	R\$ 7.917,74
Terrenos	R\$ 2.289.134,64
TOTAL	R\$ 2.298.475,23

2.8. PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.9. CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

A entidade controla as contas de fornecedores por meio de sistema gerencial, julgado necessário para os controles de duplicatas e vencimentos. As contas são individualizadas e têm a finalidade de simplificar os lançamentos de acordo com a ITG 1000.

2.10. PROVISÕES FÉRIAS, 13º SALÁRIO E ENCARGOS

A provisão de férias, 13º Salário, INSS patronal, FGTS e PIS, foram geradas dentro do limite aquisitivo do funcionário, com base em relatórios emitidos pelo sistema de pessoal.

2.11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social desta entidade é constituído pelos valores originais de Superávit ou Déficit, apurados no final de cada exercício, além de contemplar os ajustes de exercícios anteriores, bem como os reflexos de ajuste de avaliação patrimonial de imóvel.

3. COBERTURA DE SEGUROS

O SISEPE adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

4. FATOS REVELANTES

Com a aprovação da reforma trabalhista em Novembro de 2017, determinando fim da contribuição sindical compulsória, o SISEPE-TO vem adotando várias medidas administrativas, como contenção de gastos, visando não prejudicar as atividades do Sindicato voltadas para a categoria.

Os valores a receber referentes às receitas municipais, anteriores a mudança da base de atuação sindical ainda estão sendo cobradas administrativamente, e em alguns casos os processos são judicializados.

5. EVENTOS SUBSEQUENTES RELACIONADOS À OPERACIONALIDADE

O surto da pandemia COVID-19 e as medidas adotadas pelos governos nos países em todo o mundo para mitigar a propagação da pandemia impactaram significativamente a entidade. Estas medidas exigiram que a instituição se readequasse ao cenário atual e após a tomada de novas condutas concluiu – se que não há incertezas materiais que possam lançar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar em funcionamento.

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Palmas, 31 de Dezembro de 2020.



CLEITON LIMA PINHEIRO
PRESIDENTE
CPF: 530.094.361-49



**ANTONIO CARLOS CHAVES
DA ROCHA**
DIRETOR FINANCEIRO
CPF: 446.232.163-49

MARIANA LOPES Assinado de
forma digital por **MARIANA**
COSTA:0193 LOPES
7069117 COSTA:0193706
9117 Dados:
2021.02.20
MARIANA LOPES COSTA
CPF: 019.370.691-17
CRC – TO 4814/O-CONTADORA



PAULÊNIO AZEVEDO FILHO
MEMBRO EFETIVO DO
CONSELHO FISCAL
CPF: 549.562.181-68

LUIS SERGIO SIMÃO
MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO
FISCAL-LICENCIADO
CPF: 058.695.158-07

EDIR PEREIRA DOS SANTOS
MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO
FISCAL-LICENCIADO
CPF: 896.981.001-30



VAGNER CASTRO ANDRADE LINHARES
MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL
EM EXERCÍCIO- CPF: 713.397.101-10



SEBASTIÃO CARLOS PEREIRA DA SILVA
MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL
EM EXERCÍCIO- CPF: 377.397.351-91

PARECER TÉCNICO DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2020

OS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS -SISEPE-TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, 35, 36 do Estatuto do SISEPE-TO, por convocação de seu Presidente, reuniram-se no dia 16 de dezembro de 2021, na sede do Sindicato, para analisar e emitir parecer técnico sobre o balanço anual do exercício de 2020;

Considerando que o **inciso I do art. 22**, do Estatuto do SISEPE-TO determina que na Assembleia Geral Ordinária do mês de dezembro do ano corrente seja apreciado e deliberado aprovando ou rejeitando o parecer técnico anual do Conselho fiscal referente a gestão financeira do exercício anterior, demonstrada através do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras.

Considerando que a Diretoria Executiva do sindicato cumpriu os prazos previstos nos arts. 88 e 89 do Estatuto do SISEPE-TO;

Considerando que ao analisar mensalmente as demonstrações financeiras e patrimoniais do exercício de 2020, o Conselho Fiscal, juntamente com a contabilidade deste Sindicato, constatou a legalidade sobre todas as práticas contábeis adotadas nas demonstrações acima supracitadas.

Considerando que foram cumpridos os prazos previstos no Estatuto do SISEPE-TO, em relação às prestações de contas referentes aos meses de janeiro a dezembro do ano 2020. **FORAM APROVADOS SEM RESSALVAS** por este Conselho Fiscal.

Considerando ainda que ao longo do ano de 2020, verificou-se que todas as demonstrações financeiras e patrimoniais se mostraram adequadas às práticas contábeis adotadas pela legislação vigente, pela determinação e artigo 551, § 8º da CLT, bem como atestamos a correta aplicação dos recursos em todos os meses do ano de 2020.

Considerando que ao analisar as demonstrações financeiras e patrimoniais relativa ao ano 2020 conforme determina o **inciso II do Art.36**, do Estatuto do Sindicato;

O Presidente do Conselho Fiscal, **Paulênio Azevedo Filho**, o Segundo Conselheiro Fiscal, **Vagner Castro Andrade Linhares**, o Terceiro Conselheiro Fiscal, **Sebastião Carlos Pereira da Silva**, **declararam voto pela APROVAÇÃO e emissão do parecer técnico sobre o balancete anual do exercício de 2020.**

Assim sendo, este órgão, por unanimidade, considerou **REGULAR SEM RESSALVAS** em forma e conteúdo a presente demonstrações financeiras e patrimoniais relativas ao exercício 2020, estando em condição de ser aprovada em Assembleia Geral.

É o parecer.

Palmas -TO, 09 de julho 2021.


PAULÊNIO AZEVEDO FILHO
Presidente do Conselho Fiscal do SISEPE-TO


VAGNER CASTRO ANDRADE LINHARES
2º Conselheiro / Conselho Fiscal do SISEPE-TO


SEBASTIÃO CARLOS PEREIRA DA SILVA
3º Conselheiro / Conselho Fiscal do SISEPE-TO

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
Aos usuários do SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada à continuidade operacional Chamamos a atenção para a Nota 2.3 CRÉDITOS A RECEBER. O saldo de Créditos a receber referente aos repasses não realizados pelo Governo do Estado do Tocantins e Prefeituras Municipais.

Na Nota 4. FATOS REVELANTES. Com a aprovação da reforma trabalhistas em Novembro de 2017, determinando fim da contribuição sindical compulsória, o SISEPE-TO vem adotando várias medidas administrativas, como contenção de gastos, visando não prejudicar as atividades do Sindicato voltadas para a categoria; Os valores a receber referentes às receitas municipais, anteriores a mudança da base de atuação sindical ainda estão sendo cobrados administrativamente, e em alguns casos os processos são judicializados.

E ainda na Nota 5. EVENTOS SUBSEQUENTES RELACIONADOS À OPERACIONALIDADE, O surto da pandemia COVID-19 e as medidas adotadas pelos governos nos países em todo o mundo para mitigar a propagação da pandemia impactaram significativamente a entidade. Estas medidas exigiram que a instituição se readequasse ao cenário atual e após a tomada de novas condutas concluiu-se que não há incertezas materiais que possam lançar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar em funcionamento.

Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas, não indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade da Entidade de manter a sua continuidade nos mesmos moldes operacionais atuais. Evoluem os esforços da Entidade em se adequar de forma operacional. Podemos ressaltar que por meio de decisões estratégicas dos membros da Diretoria no contexto operacional é possível que a Entidade prossiga suas atividades de forma satisfatória mesmo com cortes de receitas relevantes. Não há elementos suficientes para colocar em risco a continuidade da operação da entidade. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a

Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causa por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação de uso, pela administração, de base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificações em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Fatos Relevantes, descritos nas Notas Explicativas 5. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não devesse ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

As demonstrações referentes ao ano de 2019, findas em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por nós com parecer sem ressalvas em 14 de maio de 2020.

GESTÃO QUADRIÊNIO 2018-2022

CLEITON LIMA PINHEIRO Presidente	JESSÉ MENEZES BARROS Diretor de Assuntos Municipais	ALISSON ALMEIDA ROLIM Diretor Regional da Região Centro Sul
MILTON GOMES DA ROCHA Vice-presidente	WILSON DIAS DOS SANTOS Suplente de Diretor de Assuntos Municipais	JOSÉ MARIA DE ARAÚJO FILHO Suplente de Diretor Regional da Região Centro Sul
MARINHO CARDOSO VALENÇA Secretário Geral	LUIZ CARLOS BENEDITO Diretor de Formação Técnica e Qualificação Profissional	JOÃO GUALBERTO LOPES LIMA Diretor de Assuntos Regionais da Região Sul
ROGÉRIO RODRIGUES RANGEL Suplente de Secretário Geral	JAIRO COSTA RIBEIRO Suplente de Diretor de Formação Técnica e Qualificação Profissional	BENEVALDO SIEL DOS SANTOS Suplente de Diretor Regional da Região Sul
ANTÔNIO CARLOS CHAVES DA ROCHA Diretor Financeiro	ANTÔNIO SALES COUTINHO Diretor de Assuntos Parlamentares	ROMILSON FERREIRA COSTA Diretor Regional da Região Sudeste
WHEBSTOH BARROS DE CARVALHO Suplente de Diretor Financeiro	DJALMA RODRIGUES PEREIRA Suplente de Diretor de Assuntos Parlamentares	LUCIANA CARDOSO MONTEIRO DE CERQUEIRA Suplente de Diretor Regional da Região Sudeste
EDVAN BARREIRA GOMES Diretor Administrativo	JOSÉ TORRES DA COSTA– (“in memoriam!”) Diretor de Aposentados e Pensionistas	OSAMAR MARTINS FERNANDES Diretor Regional da Região Norte
MANOEL MESSIAS VIANA DA CONCEIÇÃO Suplente de Diretor Administrativo	VENI RIBEIRO SOUSA Suplente de Diretor de Aposentados e Pensionistas	ANA CÉLIA SILVA Suplente de Diretor Regional da Região Norte
CLAYRTON CLEIBER DA SILVA CARNEIRO XAVIER Diretor de Assuntos Jurídicos	RORILÂNDIO NUNES DOS SANTOS Diretor Regional da Região Central	VANÚSIA MACHADO DE OLIVEIRA CARNEIRO Diretora Regional da Região do Bico do Papagaio
MANOEL RODRIGUES CUNHA JÚNIOR Suplente de Diretor de Assuntos Jurídicos	JOSÉ DA COSTA ALVES Suplente de Diretor Regional da Região Central	EDILSON NASCIMENTO DA SILVA Suplente de Diretor Regional da Região do Bico do Papagaio
ANA MARIA CORTES FRANCO Diretora de Comunicação e Relações Públicas		
HEIDE ELISE WEHMANN Diretora Sindical de Base no Naturatins	VALÉRIA PEREIRA MOTA Diretora Sindical de Base de Tecnologia de Informação	LEVIH STENIO PINTO BASTOS Diretor Sindical de Base do Vale do Araguaia do Tocantins
KÉSSIA AUGUSTA GOMES DE SANTANA SOARES Suplente de Diretora Sindical de Base no Naturatins	GEANE DE SOUZA RODRIGUES Diretora Sindical de Base no Ruraltins	ELIAQUIM VIANA PINHEIRO FILHO Suplente de Diretor Sindical de Base do Vale do Araguaia do Tocantins
ZANONY ARAÚJO DE SOUZA Diretor Sindical de Base na Secretaria da Cidadania e Justiça	GILBERTO CHAVES DA ROCHA Vice-diretor Sindical de Base no Ruraltins	CASSIA MIRANDA DA SILVA FREITAS Diretora Sindical de Base da SEFAZ, em Tocantinópolis-TO
VANUZA SANTOS NERES ROCHA Vice-diretora Sindical de Base na Secretaria da Cidadania e Justiça	JOSÉ ROBERTO CARDOSO ALMEIDA Diretor Sindical de Base no Detran-TO	JOSEFA PEREIRA DE SÁ FREITAS Suplente de Diretor Sindical de Base da SEFAZ, em Tocantinópolis-TO.
PAULO ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA Diretor Sindical de Base da Saúde	GLEVERSON PEREIRA DOS SANTOS Vice-diretor Sindical de Base no Detran-TO	FLAIANY MIRANDA Diretora Sindical de Base de na Regional da Região do Bico do Papagaio
JOSÉ VALTO ALVES DOS SANTOS Vice-diretor Sindical de Base da Saúde	AILTON ROSAL CAMPELO Diretor Sindical de Base na Regional da Região Sul	FRANCISCO SOARES DE SOUZA Suplente de Diretor Sindical de Base de na Regional da Região do Bico do Papagaio
SIMONE DAS GRAÇAS CORREIA Suplente Diretora Sindical de Base na Regional da Região Sul		

CONSELHO FISCAL

PAULÊNIO AZEVEDO FILHO
Conselheiro Fiscal Efetivo –
Presidente e Relator

LUIS SÉRGIO SIMÃO
Conselheiro Fiscal Efetivo –
(Licenciado)

EDIR PEREIRA DOS SANTOS
Conselheiro Fiscal Efetivo
(Licenciado)

VÁGNER CASTRO ANDRADE LINHARES
Conselheiro Fiscal Suplente – Revisor - Em
Exercício

SEBASTIÃO CARLOS PEREIRA DA SILVA
Conselheiro Fiscal Suplente- em Exercício